

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 20 de março de 2025 às 08h01
Seleção de Notícias

Agência Estado - Broadcast | BR

Patentes

CAE do Senado adia PL da reciprocidade após pedido de vista e deve votar na próxima semana . 3
FAVOR

Migalhas | BR

Pirataria

MIGALHAS nº 6.061 5
AMANHECIDAS | MIGALHAS

MSN Notícias | BR

Patentes

"Foi um choque": criadores do Palworld não esperavam o processo da Nintendo porque a violação de patente era "algo que ninguém considerou" 13
SAMARA BARBOZA

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Sony Music derruba mais de 70 mil músicas ilegais geradas por IA 14

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Paul McCartney e 400 artistas pedem a Trump proteção contra IA 15
EDUARDO MOURA

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

Tribunal dos EUA rejeita direito autoral para arte gerada por IA sem intervenção humana 17
O GLOBO

Agência Senado | BR

Arbitragem e Mediação

CCJ aprova remuneração para conciliador e mediador em audiências 19
NOTÍCIAS

Arbitragem e Mediação

CCJ aprova regras sobre gratuidade na Justiça em caso de mediações ou conciliações 21
FOTO

CAE do Senado adia PL da reciprocidade após pedido de vista e deve votar na próxima semana

Por Gabriel Hirabahasi

Brasília, 19/03/2025 - A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado adiou nesta quarta-feira, 19, a votação do projeto de lei da reciprocidade após um pedido de vista. A proposta voltará à pauta na próxima semana, anunciou o presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB-AL), quando deve ser votada.

O pedido de vista foi feito pelo senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR), que pediu atenção a um ponto do projeto que trata da **quebra** de patente de propriedade intelectual. A senadora Tereza Cristina (PP-MS), relatora do projeto, pediu, então, que a proposta fosse retomada já na próxima sessão do colegiado, na semana que vem.

O projeto tramita em caráter terminativo na CAE. Isso significa que, se for aprovado, segue diretamente à Câmara dos Deputados, sem necessidade de passar pelo plenário, desde que não haja contestação pelos senadores.

A proposta é vista como uma resposta direta às últimas medidas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que ampliou para 25% a taxa de importação do aço e alumínio brasileiros.

O projeto cria um dispositivo para que o Conselho Estratégico da Câmara do Comércio Exterior (Camex) adote contramedidas na forma de restrição às importações de bens e serviços ou medidas de suspensão de concessões comerciais, de investimento e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual e de outras obrigações previstas em

qualquer acordo comercial do País. De autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), o projeto também cria condições de paridade para que o Brasil exija de seus parceiros comerciais as mesmas medidas ambientais cobradas como condição para importação de produtos brasileiros.

Em 2023, a União Europeia aprovou regras de restrição à importação de madeira, soja, carne bovina, cacau, óleo de palma, borracha e outros produtos com origem em áreas desmatadas, mesmo que consideradas legais pelo Brasil. Daí, nasceu a iniciativa do projeto de lei, que foi antecipado pelo Broadcast em abril daquele ano.

A medida passará a valer no fim de 2025. "O Brasil tem o código florestal mais rigoroso do mundo. Na Amazônia brasileira, preservamos uma reserva legal de 80%. Na França, a área de pousio é de 4%. Por decisão do Parlamento Europeu, eles teriam que avançar para 7%, ocorre que os produtores rurais pressionaram e o governo francês acabou adiando a decisão de ampliar a área de pousio", comparou o senador Zequinha Marinho. "Como um país, que não quer aumentar para 7% sua área de pousio, acredita que pode cobrar medidas ambientais do Brasil? Isso é uma hipocrisia. Nosso projeto vai justamente nessa direção, de combater esses discursos enganosos", acrescentou ele, que, em entrevista ao Broadcast já havia dito que o Brasil não é o "patinho feio" do comércio internacional.

Relatora do projeto na CMA, a senadora Tereza Cristina (PP-MS) ampliou a abrangência do projeto, fazendo com que ele alcançasse as sobretaxas impostas ao Brasil pelo governo norte-americano.

Continuação: CAE do Senado adia PL da reciprocidade após pedido de vista e deve votar na próxima semana

"Esse projeto não pode ficar só no âmbito ambiental. Nós expandimos ele, até porque a gente tem vivido grandes mudanças no mundo, onde os países estão olhando mais para dentro, se fechando mais. Hoje, nós temos uma guerra comercial posta no mundo. O Brasil precisa de mecanismos para se defender", ex-

plicou a relatora, que já foi ministra da Agricultura durante o governo de Jair Bolsonaro.

Contato: gabriel.hirabahasi@estadao.com

MIGALHAS nº 6.061

AMANHECIDAS



Quarta-Feira, 19 de março de 2025 - Migalhas nº 6.061.

Fechamento às 08h09.

"Na terra onde há o despotismo dos abusos é que é necessária a anarquia dos castigos."

Eça de Queirós

O outro lado da moeda

Ministro Herman Benjamin alertou para a prática de "litigância abusiva reversa" - praticada por empresas, ou até pelo Estado. A análise foi proferida em julgamento no qual o STJ permitiu que juízes exijam a emenda da petição inicial em casos de litigância predatória. Veja no que consiste a "litigância abusiva reversa" de que nos fala o presidente do STJ. ()

Respire fundo!

O STJ julga, por semana, um volume impressionante de casos. E para não deixar o leitor perdido nesse mar de decisões, trazemos a cobertura inédita e completa, direto da fonte. Se passou pelo Tribunal, a gente conta - e sem precisar recorrer! Confira, nesta edição, diversos julgados das sessões de ontem.

Conversão de moeda

Quando deve ocorrer a conversão de euro para real em contratos? É o que julga a 4ª turma do STJ para definir se é na assinatura do contrato ou conforme a cotação no vencimento de cada parcela. ()

Honorários de êxito

A 3ª turma do STJ decidiu que advogados têm o direito a honorários contratuais de êxito mesmo quando a atuação for parcial, desde que haja relação de causalidade entre os serviços prestados e o resultado obtido. ()

Vacina no braço...

Ministros da 3ª turma do STJ mantiveram multa aplicada a casal que se recusou a vacinar a filha contra a covid-19. ()

... comida no prato!

Para os ministros da 3ª turma do STJ, sigilo fiscal de alimentante pode ser quebrado para verificar sua real capacidade financeira e garantir o direito à pensão de menor de idade. ()

Atenção!

Voltando duas notas acima, na migalha que tratou da obrigatoriedade da vacina para menores, a notícia, como de praxe, foi publicada no Instagram do Migalhas. E qual não foi nossa surpresa ao ver uma avalanche de críticas aos ministros? Um movimento atípico, diga-se. A maioria das mensagens atacava a vacinação, recheadas de teorias mirabolantes. O movimento antivacina está a todo vapor, correndo solto nas redes sociais. Áudios alarmistas circulam pelo WhatsApp, espalhando a absurda tese de que pessoas estariam morrendo após tomar doses de reforço da vacina contra a covid. É preciso atenção dobrada: o submundo digital está mais barulhento do que nunca.

Divórcio, ainda que antecipado

O divórcio pode ser decretado de forma imediata, independentemente da resolução de outras questões, como guarda de filhos, fixação de alimentos e par-

tilha de bens. Decisão da 3ª turma do STJ fixou que a possibilidade decorre do caráter potestativo do divórcio e das recentes modificações no CPC. ()

Extraditado

A 6ª turma do STJ manteve decisão que negou prisão domiciliar e decretou a extradição de condenado por tráfico internacional de drogas que tentava permanecer em Dubai, alegando ser o único responsável pelo filho de 8 anos. ()

Identificação

Telefônica deverá fornecer IP de usuário acusado de propagar conteúdo difamatório contra empresa via e-mail. Para 3ª turma do STJ, os provedores de conexão devem armazenar e disponibilizar as informações necessárias à identificação do usuário, incluindo a "porta lógica de origem". ()

Latinório

A querella nulitatis - latim desnecessário para explicar o pedido de anulação após trânsito em julgado - pode ser arguida por diferentes meios processuais quando existentes nulidades absolutas, afastando a exigência de ação autônoma. Assim decidiu a 3ª turma do STJ. ()

Classificação de créditos

A 3ª turma do STJ também analisa se créditos de representantes comerciais, quando pessoas jurídicas, podem ser equiparados a trabalhistas para fins de habilitação em processos de recuperação judicial. O julgamento foi suspenso após pedido de vista do ministro Cueva. ()

Responsabilidade

A 4ª turma do STJ iniciou julgamento para decidir se a Stone deve ser responsabilizada pelos repasses não realizados por subcredenciadora a empresa de ho-

telaria. O julgamento foi pausado após um pedido de vista do ministro Raul Araújo. ()

Sobrecarga

Na 4ª turma do STJ, ministro João Otávio de Noronha expressou preocupação com a sobrecarga de trabalho, relatando que possui 14 mil processos em seu gabinete, e recebe cerca de 150 processos por dia. ()

Alta demanda

Vale lembrar que o STJ recebeu mais de 500 mil processos no último ano, marcando um recorde histórico.

Baixa demanda

Durante a sessão no STJ, Noronha trocou a preocupação pela ironia. Ao comentar a raridade do instituto da anticrese, comparou-o ao locutor Lombardi: "Todo mundo sabe que existe, mas ninguém vê". ()

Na flor da idade

Espirituoso, Noronha fez brincadeira também com o colega Raul Araújo, que estava usando bengala: "eu estou com medo de ficar nessa turma, vão achar que todos estão envelhecendo". Ministro Raul logo tranquilizou o colega: "o problema é o menisco, comum a nós atletas". ()

Operação Sisamnes

PF deflagrou nova fase da Operação que investiga assessores do STJ. Dessa vez, os alvos eram do Estado de Tocantins. ()

03 na gringa

Eduardo Bolsonaro anunciou que se licenciará do cargo de deputado e permanecerá nos Estados Unidos, alegando ser alvo de perseguição política no Bra-

sil. Em discurso, acusou o ministro Alexandre de Moraes de cometer crimes e afirmou que só retornará quando o magistrado for punido. ()

Pode voltar, criança

Ministro Alexandre de Moraes negou a imposição de medidas cautelares contra Eduardo Bolsonaro, incluindo a entrega de passaporte e a proibição de deixar o Brasil. Também determinou o arquivamento do pedido de investigação contra o deputado, seguindo parecer da PGR. ()

Direitos Humanos numa hora dessas?

Crítico contumaz dos Direitos Humanos, Eduardo Bolsonaro agora decidiu se tornar um de seus defensores. Em seu anúncio de licença, disse que dedicará seu tempo a buscar "sanções contra violadores de Direitos Humanos" no Brasil. Só falta agora pedir para se filiar ao Psol. ()

Sem coelhinho

Ministro Alexandre de Moraes negou pedido de saída temporária de Páscoa para o ex-deputado Federal Daniel Silveira, seguindo parecer da PGR. ()

Desempate etário

Com placar de 1 a 1, pedido de vista do ministro Toffoli interrompeu julgamento em que o STF analisa se é válida regra de desempate por idade em eleição da Assembleia Legislativa do Maranhão. ()

Fiscalização tributária

STF decidiu, por unanimidade, manter a obrigatoriedade do Emissor de Cupom Fiscal para empresas varejistas e prestadoras de serviço. ()

Multas aduaneiras

Por unanimidade, a 1ª seção do STJ entendeu que a

prescrição intercorrente também se aplica às multas aduaneiras, mesmo quando apuradas por meio de procedimentos tributários. ()

Privatização

STF começou a julgar a privatização dos serviços funerários de SP, mas o processo foi suspenso após pedido de vista do ministro André Mendonça. ()

Furto irrelevante

Ministro Toffoli arquivou denúncia contra dois acusados de furtar carteira com R\$ 0,15 em Goiânia/GO. ()

Decisão desafinada?

O cantor Gustavo Lima foi condenado pelo TJ/PE a pagar danos morais a mais uma pessoa por um número sem DDD, que poderia pertencer a qualquer um, na música "Bloqueado". Dessa vez, o valor foi de incríveis R\$ 70 mil. A defesa do cantor afirma que vai recorrer. E explica ainda que o cantor é apenas intérprete da letra: "os compositores são as pessoas que criaram a obra e inseriram um número aleatório nas estrofes, sem indicar de quem seja, muito menos o DDD". ()

Lançamento

No dia 2 de abril, às 18h, o STF será palco do lançamento do livro "A Autoridade da Suprema Corte e o Perigo da Política", de Stephen Breyer, ministro aposentado da Suprema Corte dos Estados Unidos. Com prefácio do ministro Luís Roberto Barroso e tradução de Georges Abboud, Gustavo Vaughn e Gabriel Teixeira, a obra explora a complexa relação entre a Suprema Corte e a política, oferecendo uma análise profunda e crítica sobre o papel do Judiciário em tempos de polarização política. ()

Concurso de monografias

Harvard Law School Association do Brasil anuncia a 2ª edição do "Concurso de Monografias", que este ano homenageia Sergio Chermont de Britto (in memoriam). O concurso é voltado para estudantes de graduação em Direito regularmente matriculados em instituições de ensino superior no Brasil. Os trabalhos podem ser enviados até 23/6. ()

Venda de dados

Projeto em análise na Câmara dos Deputados proíbe a venda de dados biométricos sensíveis, como íris e DNA. ()

Busca digital

TJ/SP autorizou a consulta a aplicativos como iFood, Uber e Mercado Livre para localizar o endereço de um devedor de mensalidades escolares. Tribunal considerou a busca viável e compatível com a realidade tecnológica atual. ()

Golpe da falsa central

Nubank e Mercado Pago foram condenados a ressarcir em R\$ 9,4 mil cliente vítima do golpe da falsa central de atendimento. ()

Pane no serviço

TJ/SP manteve a condenação de hotel por falha em elevador que deixou hóspede presa por 40 minutos. ()

Multipropriedade

Decisões no Amazonas e em São Paulo determinaram a rescisão de contratos de multipropriedade, com devolução parcial ou integral dos valores pagos. ()

Falecimento

Faleceu, nesta madrugada, aos 90 anos, o advogado, professor e ex-governador de São Paulo, Cláudio Sal-

vador Lembo. Formado nas Arcadas do Largo de São Francisco (Turma de 1969), construiu uma carreira sólida na política e na Academia. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Jurisprudência do CPC

Mirna Ciani analisa a autenticidade de dados prevista no art. 401 do CPC, tratando a validade de assinaturas eletrônicas em título extrajudiciais. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Sérgio Jacomino aborda a indisponibilidade de bens e os desafios enfrentados pelos oficiais de registro de imóveis. ()

Registralhas

Vitor Frederico Kumpel e Fernando Keutenedjian Mady analisam como o Provimento 188/24 moderniza a indisponibilidade de bens, centralizando registros e reforçando a segurança jurídica, eficiência e transparência no combate à corrupção. ()

Meio de campo

Rodrigo R. Monteiro de Castro apresenta a segunda pesquisa do IBESAF - Instituto Brasileiro de Estudos e Desenvolvimento da SAF, que mapeou as formas de constituição de SAF entre os clubes das séries A, B, C e D do Campeonato Brasileiro. ()

Migalhas de peso

- "O caso 99 e o sucesso do controle incidental de constitucionalidade", por Saul Tourinho Leal e Martha R. Leonardi (Tourinho Leal Drummond de Andrade Advocacia). ()

- "Novos valores mobiliários relativos aos ativos inerentes aos gases de efeito estufa e aos créditos de carbono", por Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa (Duclerc Verçosa Advogados Associados). ()

- "O governo vai monitorar as redes sociais de imigrantes", por Witer Desiqueira (Witer, Pessoni & Moore an International Law Corporation). ()

- "O derretimento do governo Lula", por Ives Gandra da Silva Martins (Advocacia Gandra Martins). ()

- "Dia do Consumidor convida a uma reflexão", por Luiz Cândido (Fragata e Antunes Advogados). ()

- "Conciliação trabalhista: estratégia inteligente para empresas e resolução de conflitos", por Maria Helena Fonseca (Martorelli Advogados). ()

- "STJ: A singularidade entre o direito real de habitação e os direitos hereditários", por Laís Bianchi Bueno (Braga & Garbelotti - Consultores e Advogados). ()

- "Judiciário assegura tratamento de alto custo não listado pelo SUS", por André Sacramento (Sacramento, Lofrano e Souza Advogados). ()

- "STJ define responsabilidade pela prova da exploração da pequena propriedade rural", por Rodrigo Linhares Orlandini (Martinelli Advogados). ()

- "Análise comparativa da 'Foreign Anti-Digital Piracy Act' (projeto de lei de **antipirataria** digital estrangeira dos Estados Unidos)", por Leonardo Severiano Ribeiro, Raquel Barros e Rafael Lacaz Amaral (Kaszner Leonardos | **Propriedade** Intelectual). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Reforço

Demarest Advogados anuncia Marcus Fonseca como novo sócio na área de Inovações Financeiras. O advogado irá atuar no segmento de fintechs, sistemas de pagamentos e infraestrutura do mercado financeiro. ()

Oportunidade

Karla Bernardo Sociedade de Advogados está com vaga aberta para o cargo de advogado Trabalhista/Cível. ()

Baú migalheiro

Há 491 anos, em 19 de março de 1534, nasceu José de Anchieta, padre jesuíta espanhol e missionário no Brasil. Fundador das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, destacou-se como dramaturgo, poeta e gramático, sendo autor da primeira gramática da língua tupi. (Compartilhe)

Sorteio

Participe do sorteio da obra "Anticorrupção no Setor Securitário Brasileiro - Um estudo à luz da Lei nº 12.846/2013" (Editora Processo 388p.), escrita por Mariana Jardim. ()

Novidade

Amanhã, às 18h, na Livraria da Vila, Shopping JK Iguatemi, em SP, acontece o lançamento do livro "Vozes Femininas na Reforma Tributária" (Lumen Juris), coordenado por Bianca Xavier, Mariana Valença e Mariana Ferreira. A obra, que reúne artigos de advogadas e especialistas para abordar a relevância do tema, inclui contribuições de Cristina Câmara, sócia do setor Tributário da banca SiqueiraCastro, e das advogadas Evelyn Roges, Gabriella Paiva e Michelle Diniz, que atuam também na área. Todas elas são coautoras do livro.

Migalhíssimas

Amanhã, às 11h, Ana Tereza Basilio, do escritório Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ, profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Juizados Especiais" com o tema "Uma análise das decisões dos Tribunais Superiores e os Impactos das Jurisprudências nos Juizados Especiais Criminais", evento on-line. () Presidente do CONIMA, Joaquim de Paiva Muniz (Trench Rossi Watanabe) participa, dia 21/3, do "Encontro Regional Sudeste - **Arbitragem e Mediação**", promovido pelo Conselho. O evento acontece em Vitória, com início às 9h. () O curso presencial "Concessões e Parcerias Público-Privadas" acontece dias 21 e 28/3, 4, 11 e 25/4, na sede do Instituto Iter, em SP. Sob a coordenação acadêmica dos especialistas no tema Giuseppe Giandomo Neto e Luiz Felipe Pinto Lima Graziano (Giandomo Neto Advogados), e Maurício Portugal Ribeiro, o curso terá aula magna de Marçal Justen Filho (Justen, Pereira, Oliveira & Talamini - Advogados Associados). () Dia 27/3, às 9h, Machado Meyer Advogados promove o evento "Summit resiliência empresarial: Gerenciando crises no mundo contemporâneo", em SP. O encontro reunirá especialistas que discutirão a importância da preparação estratégica no enfrentamento de crises cibernéticas e conflitos com funcionários. () Bottini & Tamasauskas Advogados realiza, dia 28/3, em SP, o evento "Fraudes Corporativas e Investigações Internas" (). Inscrições por e-mail, . Amaral e Melo Advogados, em parceria com a Faculdade FGI, criou o "Experiência AeM", projeto que oferece aos estudantes de Direito uma imersão na rotina de escritório de advocacia. ()

Fintechs, criptoativos e ativos virtuais

Embora o Brasil esteja desenvolvendo regulação para ativos virtuais, desafios e riscos permanecem. O curso de curta duração em "Fintechs, Criptoativos e Ativos Virtuais", da FVG Direito SP, visa capacitar profissionais para acompanhar as mudanças e compreender os impactos jurídicos e regulatórios no setor. Garanta sua matrícula antecipada com desconto até 24/3! ()

Responsabilidade penal

O evento "Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica Perspectiva Brasil-Itália", realizado pelo IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo, acontece no dia 21/3, às 9h30. ()

IA e empregabilidade

Hoje, às 14h, a Employer promove mais uma edição da "Employer Live", evento que discute temas importantes para o mercado de trabalho. ()

Legal Ops Podcast

Novo episódio do podcast "Legal Ops", apresentado por Celina Salomão, cofundadora da ForeLegal, conta com a participação especial do juiz Alexandre Libonati de Abreu para debater os desafios da governança de dados no Judiciário. ()

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Remanso

BA/São Desidério

MG/Bom Repouso

MG/Buenópolis

PA/Muaná

SP/Agudos

Se você quer se candidatar para eventualmente aten-

der quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Israel Renews Gaza Attack In Collapse of Cease-Fire"

The Washington Post - EUA

"Partial halt to fighting in Ukraine takes shape"

Le Monde - França

"Ukraine : Trump à la peine face à Poutine"

Corriere della Sera - Itália

"Kiev, la tregua debole di Putin"

Le Figaro - França

"Alger fait monter la tension, l'exécutif contraint à la riposte"

Clarín - Argentina

"Blindan el Congreso y controlan accesos a la Ciudad por la marcha"

El País - Espanha

"Israel rompe el alto el fuego con una matanza en Gaza"

Público - Portugal

"Israel destrói cessar-fogo em Gaza com ataque mais mortífero da guerra"

Die Welt - Alemanha

"Gewinn bei Audi bricht ein"

The Guardian - Inglaterra

"'Only the beginning': hundreds die as Israel shatters Gaza truce"

O Estado de São Paulo - São Paulo

"Projeto cria IR mínimo para alta renda e taxa de dividendos"

Folha de São Paulo - São Paulo

"Putin aceita cessar-fogo parcial com Ucrânia mediado pelos EUA"

O Globo - Rio de Janeiro

"Pacote do IR inclui tributo reduzido para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Isenção do IR beneficia 10 milhões, diz governo"

Correio Braziliense - Brasília

"Abandono de idosos: DF tem alta de casos"

Zero Hora - Porto Alegre

"Alívio no IR será bancado por taxa para alta renda"

O Povo - Ceará

"Por que os preços dos alimentos estão subindo no mundo"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Novo IR propõe quatro grandes grupos de tri-

butação"

"Foi um choque": criadores do Palworld não esperavam o processo da Nintendo porque a violação de patente era "algo que ninguém considerou"

Desde seu lançamento em acesso antecipado em janeiro de 2024, Palworld atraiu atenção dos jogadores por suas similaridades com Pokémon, gerando até o apelido de "Pokémon com armas". As comparações não passaram despercebidas pela Nintendo, que processou a Pocketpair por **violação** de patente.

Os fãs de jogos imaginavam que cedo ou tarde a Big N se pronunciaria sobre o caso, mas a equipe da Pocketpair, não. Segundo John 'Bucky' Buckley, diretor de comunicações e chefe de publicação da Pocketpair, todos foram pegos de surpresa e a alegação da Nintendo era algo que ninguém havia considerado.

"100% de transparência aqui, este é um processo ativo, então, sinceramente, não posso falar sobre isso ou vou me envolver na coisa toda. Mas isso obviamente foi um choque para nós. Acho que foi um choque para muitas pessoas porque é uma suposta **violação** de patente, que é algo que ninguém sequer considerou, e é algo que ainda estamos discutindo basicamente", explicou Bucky durante o painel do Game Developer's Conference.

O diretor alega que fizeram verificações legais antes do lançamento de Palworld e todas foram liberadas no Japão, por isso o espanto de todos quando foram informados da ação judicial. "Praticamente todo mundo na Pocketpair é um grande fã, então foi um dia bem deprimente, muitas pessoas meio que de cabeça baixa voltando para casa na chuva. Isso mudou muitas coisas para nós. Estávamos prestes a lançar a versão para PlayStation. Estávamos prestes a ir para a Tokyo Game Show. Obviamente, tivemos que meio que reduzir um pouco e contratar seguranças e coisas assim. Mas sim, a resposta curta é que não foi bom."

Para evitar novos problemas, a Pocketpair removeu mecânicas intimamente relacionada à saga Pokémon em um patch do Palworld lançado nos últimos meses, por exemplo, opção de chamar amigos para o campo de batalha jogando uma esfera.

Inscreva-se no canal do IGN Brasil no Youtube e visite as nossas páginas no Facebook, Twitter, Instagram e Twitch! | Siga Samara Barboza no Instagram e

Sony Music derruba mais de 70 mil músicas ilegais geradas por IA



Gravadora revelou número depois que o Reino Unido apresentou proposta de flexibilização no uso da tecnologia

A Sony Music Entertainment, um dos maiores conglomerados de música do mundo, busca proteger os **direitos** autorais de seu cast de artistas e está focada no combate contra músicas falsas. E, para isso, a empresa revelou ter excluído das plataformas digitais mais de 75 mil faixas geradas por Inteligência Artificial.

Várias dessas faixas violaram obras de grandes artistas da Sony como Beyoncé e Harry Styles.

A Sony Music tomou tal medida após uma consulta pública realizada pelo governo do Reino Unido para tratar de novas regras relacionadas ao uso de IA e sua flexibilização em obras musicais.

Sir Keir Starmer, primeiro-ministro do Reino Unido, admitiu a intenção de tornar a região britânica, uma das principais do mundo na indústria musical, uma referência na nova tecnologia e, para isso, poderia implementar leis mais flexíveis como forma de incentivar o mercado de entretenimento, incluindo música, cinema e livros.

Sony Music observa que a IA é prejudicial à indústria musical. Tal anúncio pode ter causado um mal estar na Sony Music que, segundo sua observação, a In-

teligência Artificial ainda é nociva ao mercado musical. Na consulta aberta pelo governo do Reino Unido, a major explicou que as faixas produzidas por IA e distribuídas nas plataformas de streaming já resultaram em "danos comerciais diretos a artistas legítimos, incluindo artistas do Reino Unido".

Sony revela crescimento de 10% em sua receita com divisão de música em 2024. O conglomerado Sony publicou seus últimos resultados financeiros referente ao terceiro trimestre de 2024 na última sexta-feira (8) e revelou um aumento significativo de 10% em suas receitas ano a ano, resultando em US\$ 2,93 bilhões (cerca de quase R\$ 17 bilhões no câmbio atual).

Contudo, esse resultado financeiro se refere aos balanços de seus dois braços na indústria musical: a Sony Music Entertainment, que controla a música gravada na empresa, a Sony Music Entertainment Japan e a Sony Music Publishing, que gerencia as publicações de artistas.

A Sony informou em seu relatório que as receitas de música gravada cresceram 14% se comparado a 2023, resultando em US\$ 1,89 bilhão (cerca de R\$ 10,94 bilhões), considerando que o streaming obteve um crescimento de 9% no mesmo período.

Publicidade. Já as receitas de música referentes aos formatos físicos aumentaram 22% no terceiro trimestre deste ano, totalizando um faturamento de 25 bilhões de Euros (algo em torno de R\$ 154 bilhões).

Os artistas que mais impulsionaram a Sony no contexto financeiro são: David Gilmour, Travis Scott e SZA.

Paul McCartney e 400 artistas pedem a Trump proteção contra IA



Nomes como Mark Ruffalo e Cate Blanchett assinaram carta aberta à Casa Branca em defesa de **direitos** autorais

São Paulo e Washington

Artistas e pessoas envolvidas com a indústria do entretenimento dos Estados Unidos assinaram uma carta aberta endereçada à Casa Branca na qual pedem que o presidente americano proteja os **direitos** autorais de obras criativas das grandes empresas de inteligência artificial, como Google e OpenAI, conforme noticiou a Variety.

Paul McCartney em Londres, em foto de 2022

-

Entre os signatários que fizeram o apelo ao Gabinete de Política Científica e Tecnológica da Casa Branca, estão Paul McCartney, Ben Stiller, Mark Ruffalo, Cynthia Erivo, Cate Blanchett, Aubrey Plaza e Olivia Wilde.

"Acreditamos firmemente que a liderança global da América em IA não deve vir às custas de nossas in-

abpi.empauta.com

dústrias criativas essenciais", diz um trecho da carta publicado pela Variety.

"As empresas de IA estão pedindo para minar essa força econômica e cultural ao enfraquecer as proteções de **direitos** autorais para filmes, séries de televisão, obras de arte, textos, músicas e vozes usadas para treinar modelos de IA no cerne de avaliações corporativas multibilionárias", segue a carta reproduzida pelo portal.

Donald Trump assinou em janeiro um decreto relacionado à inteligência artificial para "tornar os Estados Unidos a capital mundial da inteligência artificial", disse seu assessor a jornalistas no Salão Oval da Casa Branca.

O decreto estabelece um prazo de 180 dias para que um Plano de Ação de Inteligência Artificial crie uma política "para sustentar e aprimorar o domínio global de IA dos EUA a fim de promover o florescimento humano, a competitividade econômica e a segurança nacional".

Trump revogou na segunda-feira (20) um decreto de 2023 assinado por Biden que buscava reduzir os riscos da inteligência artificial para consumidores, trabalhadores e segurança nacional.

O decreto de Biden exigia que os desenvolvedores de sistemas de IA que representassem riscos à segurança nacional dos EUA, à economia, à saúde pública ou à segurança compartilhassem os resultados

Continuação:
Paul McCartney e 400 artistas pedem a Trump proteção contra IA

dos testes de segurança com o governo dos EUA, de acordo com a Lei de Produção de Defesa, antes de serem divulgados ao público.

Tribunal dos EUA rejeita direito autoral para arte gerada por IA sem intervenção humana



O recado que Eduardo Bolsonaro recebeu do Judiciário antes de decidir ficar nos EUA. O recado que Eduardo Bolsonaro recebeu do Judiciário antes de decidir ficar nos EUA

Caso aumenta tensão entre artistas que criam obras com auxílio de IA e legislação de **direitos** autorais. Para a justiça dos Estados Unidos, obras criadas por IA sem intervenção humana não podem ser protegidas por **direitos** autorais.

O Tribunal de Apelações do Distrito de Columbia manteve a posição já adotada por um tribunal inferior e pelo Escritório de **Direitos** Autorais dos EUA, que afirmava que a imagem criada pelo sistema de IA "Dabus", de Stephen Thaler, não tinha direito à proteção de **direitos** autorais. De acordo com a decisão, apenas obras com autores humanos seriam protegidas.

Em 2018, Thaler havia solicitado ao Escritório de **Direitos** Autorais dos EUA o registro da imagem "A Recent Entrance to Paradise". Thaler havia creditado a obra ao criador de sistema de aprendizado Creativity Machine que ele próprio havia concebido. O pedido foi negado com a justificativa de que a criação não possuía autoria humana, requisito fundamental para a proteção autoral segundo a legislação vigente.

Thaler recorreu da decisão em 2019 e novamente em 2020, mas suas solicitações foram rejeitadas sob o mesmo argumento: a ausência de autoria humana impossibilita o reconhecimento do **direito** autoral. Em novembro de 2023, Thaler recorreu ao Tribunal de Apelações do Distrito de Columbia, que agora confirmou a decisão anterior. "A Creativity Machine não pode ser reconhecida como autora de uma obra protegida por **direitos** autorais porque a Lei de **Direitos** Autorais de 1976 exige que toda obra elegível tenha um autor humano", afirmou o tribunal.

Falta de critério legal Com o desenvolvimento da indústria de IA degenerativa, vem crescendo a tensão entre artistas e o Escritório de **Direitos** Autorais dos EUA. Ao contrário de Thaler, porém, diversos artistas pedem direitos por imagens criados com assistência de IA.

O Tribunal de Apelações reconheceu que obras criadas com o auxílio de IA podem ser protegidas, desde que haja uma participação humana substancial. No entanto, ressaltou que ainda não há um critério legal claro sobre o grau de envolvimento humano necessário para que uma obra gerada por IA possa ser registrada.

Continuação: Tribunal dos EUA rejeita direito autoral para arte gerada por IA sem intervenção humana

"Essas discussões sobre a extensão da contribuição da inteligência artificial para o trabalho de um autor humano não são relevantes para este caso", declarou o tribunal. "Isso porque Thaler listou a Creativity Machine como a única autora da obra em questão, e é inequivelmente uma máquina, não um ser humano."

CCJ aprova remuneração para conciliador e mediador em audiências

NOTÍCIAS



Da Agência Senado | 19/03/2025, 12h49

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou nesta quarta-feira (19) projeto de lei que garante a remuneração de conciliadores e mediadores pelo trabalho em audiências (PL 223/2023). Esses profissionais atuam na resolução extrajudicial de conflitos, ou seja, na busca por acordos sem que os envolvidos precisem levar o caso para decisão de um juiz. Também foi aprovado requerimento de urgência para a matéria, que segue agora para votação no Plenário do Senado.

O projeto acrescenta ao Código de Processo Civil, de 2015 a garantia da remuneração dos mediadores e conciliadores naqueles casos nos quais o número de audiências realizadas por eles exceder o percentual fixado pelo próprio tribunal. Eles serão remunerados mesmo que o trabalho ocorra em audiências referentes a processos com gratuidade da justiça.

Como veio da Câmara dos Deputados e recebeu parecer favorável na forma de um texto alternativo, o projeto vai precisar retornar para a Câmara casos seja aprovado pelo Senado. Os deputados deverão confirmar ou rejeitar as mudanças.

O relator, senador Cid Gomes (PSB-CE), incluiu na

remuneração prevista não apenas o dinheiro para os profissionais conciliadores e mediadores, mas também o valor destinado às câmaras privadas de conciliação e **mediação**. A intenção é esclarecer que, nos casos em que a **mediação** ou a conciliação seja remunerada, os recursos estejam previstos no orçamento (da União ou do estado, conforme o caso).

- Dessa maneira, as câmaras de conciliação e **mediação** não deixarão de receber a devida remuneração, ainda que a sua atividade se dê em processos nos quais uma ou mais partes sejam beneficiárias da gratuidade da justiça - explicou Cid.

O relator também acatou uma emenda apresentada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) definindo que a remuneração dos conciliadores e mediadores e das câmaras privadas deverá ser suportada com recursos do Poder Judiciário da União e estados. Para Rogério, a providência supre uma desvantagem que esses profissionais poderiam ter.

"Esta modificação promove isonomia entre todos os auxiliares da justiça que atuam nos métodos alternativos de solução de conflitos, evitando que mediadores e conciliadores permaneçam em situação de desigualdade em relação a profissionais como peritos, tradutores e intérpretes, que muitas vezes conseguem receber honorários mediante convênios do Judiciário com outros órgãos públicos", justificou.

Junto à **arbitragem**, a **mediação** e a conciliação são formas de desafogar a Justiça brasileira. A **mediação** é a tentativa de solução de conflitos na qual uma terceira pessoa, neutra e imparcial, facilita o diálogo entre as partes. Já a conciliação é um método utilizado em conflitos mais simples, no qual o facilitador pode adotar uma posição mais ativa.

Continuação: CCJ aprova remuneração para conciliador e mediador em audiências

Código Eleitoral

Durante a reunião da CCJ, o presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BAB), confirmou que o novo Código Eleitoral (PLP 112/2021) estará na pauta na próxima quarta-feira (26). A inclusão foi um pedido do senador Marcelo Castro (MDB-PI), que é relator do projeto.

- O Código já está aqui há mais de três anos. É uma matéria que já foi muito discutida, muito debatida. Foi aprovada na Câmara, o relatório já está pronto.

Seria oportuno fazermos a votação na próxima semana - defendeu Castro.

Otto também marcou para a terça-feira (25) uma audiência pública para debate do projeto contendo normas gerais para identificação e controle dos chamados "devedores contumazes" - aqueles que repetidamente deixam de pagar impostos (PLP 164/2022). A matéria é relatada pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

CCJ aprova regras sobre gratuidade na Justiça em caso de mediações ou conciliações



Tópicos: CCJ CE Ceará Comissões Conselho Nacional de Justiça Constituição Distrito Federal Estados J udiciário Justiça Plenário do Senado PSB Senador Cid Gomes Trabalho União Comissões

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou regras para a gratuidade na Justiça no caso de conciliações ou câmaras de **mediação**. A proposta (PL 223/2023), que seguiu com pedido de urgência para o Plenário do Senado, diz que eventuais despesas que superarem os limites fixados pelos tribunais em ações gratuitas serão pagas com recursos orçamentários. O relator, Cid Gomes (PSB-CE), explicou que a ideia é garantir a gratuidade e valorizar o trabalho de mediadores e conciliadores.

Transcrição

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA APROVOU REGRAS PARA A GRATUIDADE NA JUSTIÇA NO CASO DE CONCILIAÇÕES OU CÂMARAS DE **MEDIAÇÃO**. A PROPOSTA ESTABELECE QUE DESPESAS QUE SUPERAREM OS LIMITES FIXADOS PELOS TRIBUNAIS EM AÇÕES GRATUITAS SERÃO PAGAS COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. REPÓRTER BRUNO LOURENÇO. O projeto aprovado pelos senadores determina que se a re-

muneração das câmaras de conciliação e **mediação** na Justiça em ações com beneficiários de gratuidade ficar acima de limites fixados pelos próprios tribunais, as despesas serão pagas com recursos orçamentários, sejam eles do Poder Judiciário, da União, dos estados ou Distrito Federal. O relator na Comissão de Constituição e Justiça, senador Cid Gomes, do PSB do Ceará, diz que a proposta esclarece dúvidas, garante a gratuidade e valoriza o trabalho de mediadores e conciliadores. Dessa maneira, as câmaras de conciliação e **mediação** não deixarão de receber a devida remuneração, ainda que a sua atividade se dê em processos nos quais uma ou mais partes sejam beneficiárias da gratuidade da justiça, resolvendo-se por completo o problema. O Código de Processo Civil diz que conciliador e mediador devem ser remunerados em consonância com tabela fixada pelo respectivo tribunal, de acordo com parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. A exceção é para o trabalho voluntário ou se o tribunal contar com um quadro próprio de conciliadores e mediadores. Da Rádio Senado, Bruno Lourenço.

Foto Geraldo Magela Agência Senado

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 13

Propriedade Intelectual

5

Pirataria

5

Arbitragem e Mediação

5, 19, 21

Direitos Autorais

14, 15, 17